



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14580 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS:
INTERFACES ENTRE NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

Lívia Cristina Ribeiro dos Reis - UFG - Universidade Federal de Goiás

O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: INTERFACES ENTRE NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

RESUMO: O presente texto apresenta o andamento de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG) – Linha de pesquisa “Estado, Políticas e História da Educação”, a qual analisa o processo de expansão da militarização de escolas públicas em Goiás. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica visando compreender as conexões existentes entre o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a militarização de escolas públicas e pesquisa documental destinada a caracterizar o modelo dos Colégios Estaduais da Polícia Militar do Estado de Goiás (CEPMG), identificar os argumentos apresentados pelo Poder Executivo e Legislativo para justificar proposições de escolas estaduais militarizadas e analisar os impactos da narrativa de qualidade aplicada a esse contexto na trajetória de implementação de escolas municipais militarizadas em Goiás, bem como as alternativas empregadas pelas Prefeituras Municipais para concretização de tais iniciativas. As conclusões parciais da pesquisa indicam que a militarização de escolas públicas em Goiás apresenta características neoliberais neoconservadoras, havendo centralidade à narrativa de qualidade, processo que culminou na ampliação de mecanismos de privatização da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização de Escolas Públicas; Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Privatização.

Durante a etapa inicial da pesquisa, procedemos a uma revisão da literatura científica disponível sobre militarização de escolas públicas no Brasil. A sistematização dos elementos mais recorrentes apontados pelas publicações sugeriu a pertinência de aprofundar a análise sobre o contexto de expansão de escolas militarizadas em Goiás. Embora a primeira escola militarizada no Brasil tenha sido uma ação isolada no Mato Grosso no ano de 1990 (SANTOS, 2020), o formato goiano de militarização expandiu-se rapidamente, tornou-se nacionalmente conhecido e passou a ser considerado “*pioneiro*” no país, tendo “*inspirado*” diversas configurações atualmente existentes. Diante disso, a opção por analisar o modelo goiano relaciona-se ao esforço de aproximação ao Método em Marx, para quem o “mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 2017, p. 78). Sendo assim, entendendo que a militarização de escolas públicas em Goiás apresenta estágio mais avançado do que a maioria das outras regiões do país, acreditamos que a presente pesquisa pode fornecer subsídios relevantes para consubstanciar processos de resistência às iniciativas que vêm sendo implementadas em todo o território nacional.

O ponto de partida do estudo foi a caracterização da configuração primária de tais iniciativas, ou seja, o modelo dos Colégios Estaduais da Polícia Militar do Estado de Goiás (CEPMG). De acordo com o Regimento Escolar CEPMG (GOIÁS, 2019a, p. 01) tais unidades são administradas pela Polícia Militar em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura através de Termo de Cooperação Técnico Pedagógico. Visando identificar as principais características do CEPMG, foram coletadas e analisadas informações extraídas de documentos relacionados à sua regulamentação, dos *sites* oficiais das unidades e de suas respectivas páginas nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*.

As concepções neoliberais de qualidade, eficiência, concorrência, meritocracia e responsabilização foram identificadas como características inerentes ao modelo. A análise também demonstrou que o CEPMG é permeado por uma concepção de formação humana nitidamente alinhada às pautas neoconservadoras. A título de exemplo é oportuno relatar que o Regimento Escolar CEPMG (GOIÁS, 2019a) explicita a prioridade atribuída a temas como disciplina, autoridade, obediência, punição, ordem e moral, ao passo que concretiza o apagamento de aspectos como democracia, direitos humanos, diversidade e outros temas fundamentais à escola pública. Já o Projeto Político-Pedagógico do CEPMG Castelo Branco (GOIÁS, 2019b) evidencia que formação moral, valores espirituais, família, conduta social ilibada, civismo, patriotismo e o “reconhecimento da soberania de Deus, como Criador e Salvador” (p. 26) são temas que compõem um lugar comum entre os compromissos declarados pelo CEPMG. Além disso, expressa uma visão preconceituosa dos estudantes e de suas famílias, o que resta comprovado através de afirmações generalizantes sobre supostas características do público atendido, normalmente associando a baixa condição socioeconômica a outras carências, tais como afetiva e emocional, as quais precisam então ser *compensadas* pela escola, sobretudo no tocante à formação do caráter, mencionando que “alguns desses alunos não dispõem de orientação familiar em relação a regras e valores de

conduta necessária em qualquer ambiente” (p. 18). Ou seja, há uma visão de crianças e adolescentes integralmente carentes, os quais estariam propensos à criminalidade.

Diante disso, buscamos referenciais teóricos pertinentes para subsidiar a continuidade da pesquisa. Os estudos realizados nos levaram à interpretação sobre o neoliberalismo feita por David Harvey (2014), ao conceito de *modernização conservadora* discutido por Michael Apple (2003), às contribuições de Luiz Carlos de Freitas (2018) sobre a constituição da *nova direita* e suas pautas/articulações no âmbito educacional brasileiro, bem como às reflexões sobre a avaliação da educação e a noção de qualidade associada a ela em diferentes contextos subsidiadas por Afonso (2009) e também Dourado e Oliveira (2009).

Tais encaminhamentos nos levaram à seguinte inquietação: quais os principais argumentos utilizados por diferentes instâncias do Governo do Estado de Goiás para compor as justificativas empregadas no contexto de expansão da militarização de escolas públicas da Rede Estadual de Educação? Para responder tal questão analisamos todas as proposições relacionadas ao modelo CEPMG que tramitaram na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) entre os anos 2013 e 2023. A análise das justificativas apresentadas por tais proposições demonstrou que a narrativa de qualidade configura o argumento central no contexto de tais iniciativas, a qual está atrelada, em larga medida, à lógica das avaliações em larga escala.

Tal desempenho em avaliações de larga escala normalmente é associado ao fato de serem escolas militarizadas, ou seja, os bons resultados são atribuídos ao modelo de gestão escolar militar, ocultando assim os aspectos que efetivamente sustentam a “*qualidade*” do CEPMG. Entretanto, uma leitura crítica e teoricamente fundamentada possibilita uma interpretação mais coerente sobre esse contexto, culminando na compreensão de que a “*fórmula de sucesso*” do CEPMG não passa de um mero simulacro, ou seja, uma representação artificial da realidade.

Aspectos que inicialmente estiveram presentes na configuração do CEPMG garantiram condições diferenciadas para o funcionamento dessas unidades, tais como: a estrutura física privilegiada; o pagamento de gratificações aos profissionais da educação lotados nessas unidades; os concorridos processos seletivos para ingresso meritocrático de estudantes (provas); a garantia de um quadro ampliado de profissionais; a arrecadação de valores mensais pagos pelas famílias; a exigência de uniformes com custos superiores a um salário mínimo. Tais condições colaboraram significativamente para repercussão do “*sucesso*” das escolas militarizadas, o que levou à construção de um imaginário social de prestígio a esse modelo.

Considerando os limites da presente exposição, passaremos agora à discussão de uma grave consequência ocasionada pela narrativa de qualidade do CEPMG amplamente difundida na última década. Diversas proposições legislativas mencionam que o “*padrão de qualidade*” do CEPMG atraiu a atenção da população e despertou o interesse por mais

unidades do modelo distribuídas pelo território goiano. A investigação dos desdobramentos de tais proposições revelou que alguns municípios não contemplados com unidades educacionais estaduais militarizadas buscaram alternativas locais para isso, ou seja, implementaram escolas municipais militarizadas.

Tal constatação indicou a necessidade de mapear a trajetória de regulamentação e implementação de escolas municipais militarizadas em Goiás. Para tanto, consultamos o *site* oficial de cada um dos 246 municípios goianos buscando proposições relacionadas ao tema, processo que culminou na identificação de indícios de militarização de escolas municipais no âmbito de 35 prefeituras goianas, o que representa aproximadamente 15% do total de municípios. Até o presente momento, foram catalogadas 43 escolas municipais militarizadas distribuídas em 33 cidades goianas, as quais foram regulamentadas e/ou entraram em funcionamento entre os anos 2017 e 2023.

As evidências documentais demonstraram semelhanças entre as proposições municipais, nos levando à hipótese de que parte de tais iniciativas tivessem sido influenciadas por um mesmo sujeito e/ou grupo. A hipótese nos levou a investigar as despesas de tais escolas militarizadas, as quais indicaram a existência de contratos vinculados a um mesmo grupo no âmbito de diferentes prefeituras. Os dados coletados comprovam que as empresas Athenas Consultoria Educacional (CNPJ 29.383.670/0001-16) e DP Treinamentos e Cursos Gerenciais (CNPJ 30.983.440/0001-77) atuam em parceria e foram contratadas por 24 municípios goianos para prestação de serviços diversificados de assessoria e consultoria relacionados à implantação de sistemas de “gestão compartilhada” de escolas militarizadas.

A busca por informações mais detalhadas sobre a atuação de tais empresas confirmou que o alcance delas está restrito ao território goiano, mas também nos levou à identificação de outras duas entidades privadas que prestam serviços da mesma natureza em âmbito nacional, a Associação Brasileira das Escolas Cívico-Militares – ABEMIL (CNPJ 35.546.205/0001-51) e o Instituto Cívico-Militar Olavo Bilac – ICMOB (CNPJ 45.960.345/0001-25). Além disso, foram identificados diversos outros contratos firmados por dezenas de prefeituras com entidades privadas para viabilizar ações especificamente destinadas às escolas militarizadas. A título exemplificativo, podemos citar a atuação da empresa GR8 Informática e Tecnologia LTDA (CNPJ 02.353.745/0001-60), a qual comercializa um sistema de gerenciamento informatizado exclusivamente direcionado às atividades administrativas, pedagógicas e financeiras de escolas militarizadas. A atuação de tal empresa apresenta expressiva capilaridade, incluindo vínculos com a rede de unidades CEPMG, com a ABEMIL e com 12 prefeituras goianas catalogadas até o presente momento.

Tal cenário sinalizou a necessidade de mapear ações que configuram mecanismos de privatização da educação pública operacionalizadas dentro desse contexto. Para tanto, a fase atual da investigação consiste na sistematização de dados relacionados à privatização do currículo, da gestão e da oferta da Educação Básica no âmbito da militarização de escolas públicas, adotando como referência as contribuições de Adrião (2022). Já foram identificados

diversos aspectos que remetem à privatização nesse contexto, os quais serão devidamente analisados à luz do referencial teórico existente sobre o tema, tais como: cobrança institucionalizada de “contribuição voluntária” mensal (mensalidades) aos estudantes; destinação de recursos públicos e cobrança de valores exorbitantes custeados pelas famílias para o pagamento de uniformes que imitam fardamentos militares; previsões legais que autorizam parcerias com entidades privadas para gestão de escolas militarizadas; acordos de cooperação para que prefeituras remunerem o governo estadual pelo trabalho de militares em escolas municipais militarizadas; utilização de recursos públicos constitucionalmente vinculados à educação para pagamento de militares; transferência de recursos públicos municipais às Associações de Pais e Mestres (entidades privadas) de escolas estaduais militarizadas.

Considerando os aspectos pontuados até aqui, as conclusões parciais da pesquisa indicam que a militarização de escolas públicas em Goiás configura-se como uma proposição tipicamente neoliberal neoconservadora. Em Goiás, a narrativa de qualidade foi o argumento central para justificar a expansão do modelo CEPMG. A repercussão de tal narrativa acarretou o surgimento de outros formatos de militarização da educação pública, o que impactou significativamente no avanço expressivo do quantitativo de escolas militarizadas em Goiás. Além disso, o contexto de expansão delineou um cenário complexo e preocupante no qual as configurações de militarização de escolas públicas ocasionaram a introdução de novos dispositivos de privatização da Educação Básica.

Os aspectos constatados nas primeiras etapas da pesquisa indicam que a única concepção de qualidade que pode ser associada ao CEPMG está assentada em pressupostos da aliança neoliberal neoconservadora. Tal constatação não pode ser considerada uma questão trivial, demandando análises com maior aprofundamento teórico visando identificar ameaças à Escola Pública. Sendo assim, registra-se a necessidade de ampliar o quantitativo de pesquisas sobre a militarização da/na educação, as quais desempenham papel fundamental na denúncia das contradições e retrocessos inerentes ao tema e ocupam posição privilegiada no anúncio de caminhos que viabilizam a defesa da Escola Pública como lócus de formação humana crítica, democrática, libertadora, inclusiva e emancipatória (FREIRE, 2019).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. *Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990*. Brasília: ANPAE, 2022.

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOIÁS. Regimento Escolar do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, 2019a.

GOIÁS. Projeto Político Pedagógico do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás, 2019b.

APPLE, Michael. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2014.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. *Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Expansão, Significados e Tendências*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. 2020.